

POLÍTICAS PÚBLICAS PODEM RESOLVER O PROBLEMA DAS CRIANÇAS DE RUA? UMA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA CRIANÇA FORA DA RUA DENTRO DA ESCOLA

Jimmy Lima de Oliveira - jimmy@ipece.ce.gov.br
Eveline Barbosa Silva Carvalho - eveline@ipece.ce.gov.br

RESUMO

È comum se observar crianças e adolescentes na rua trabalhando, mendigando, ou iniciando-se na prática de atos infracionais. Na maioria dos casos as famílias sem condições para manter suas crianças, estimulam as tentativas de buscar sobrevivência na rua. Com o objetivo de reduzir o incentivo de curto prazo para essas crianças permanecerem nas ruas e estimular a frequência à escola, o governo do Estado do Ceará implantou o Programa Criança Fora da Rua, Dentro da Escola. A partir da base de dados fornecida pelo programa, estimou-se a probabilidade de reincidência de 8.397 crianças abordadas na rua. A permanência das crianças na rua pode ser definida em termos de uma variável dicotômica. Portanto, a probabilidade de reincidência pode ser estimada por um modelo probit. No entanto, a variável indicando a participação no programa é uma variável binária endógena. Uma maneira de se estimar consistentemente o efeito do programa é utilizar um procedimento em dois estágios. No primeiro estágio estima-se a probabilidade de participação. E, no segundo estágio, estima-se a probabilidade de reincidência. Na análise de reincidência, além da probabilidade de participação estimada, serão consideradas a idade e sexo da criança e o turno da abordagem, além de variáveis de background familiar.

Palavras Chaves: Crianças de Rua, Avaliação de Política, Endogeneidade, Probit

ABSTRACT

It is usual to observe children and teenagers in the streets working, ask for alms, or starting up in the practice of violation acts. In most of the cases the families without conditions to maintain their children stimulate their attempts to search for survival in the streets. In order to reduce the short term incentives for these children to stay on the streets and to stimulate their studies, the government of the State of Ceará had implanted the program "Child out of the streets and inside school". From the database supplied by the Program, it was estimated the probability of relapsing of 8.973 children living on the streets. The permanence of the children in the streets can be defined in terms of a dichotomic variable. Therefore, the relapsing probability can be estimated by a probit model. However, the variable indicating the participation in the program is an endogenous binary variable. A consistent way of estimating the Program's effects is to use a two-stage procedure. At the first stage it is estimated the participation probability. And at the second stage it is estimated the relapsing probability. At the relapsing analysis it will be considered the age and sex of the child, and the approach time, besides the estimated participation probability and familiar background variables.

Key-Words: Street Children , Policy Evaluation, Endogeneity, Probit.

1 INTRODUÇÃO

É expressivo o número de crianças e adolescentes encontrados nas ruas, utilizando-se do trabalho informal, mendigando, ou iniciando-se na prática de atos infracionais e no uso de substâncias tóxicas. Em sua maioria são jovens do sexo masculino, que estão ou já estiveram inseridos no contexto escolar, pertencem a famílias numerosas, cujo núcleo familiar freqüentemente já se dissolveu.

Para grande maioria das pessoas, essas crianças são designadas como menores abandonados, crianças e adolescentes pobres que habitam as ruas e que não mantêm nenhum vínculo familiar. No entanto, na maioria dos casos, mesmo que esporadicamente, eles mantêm contato com a família.

Essas crianças não estão simplesmente perambulando o dia inteiro pelas ruas, e, sim, usando este espaço para busca de renda. Muitas fizeram da rua uma fonte complementar da renda familiar e por causa disso são encorajadas pelos pais a permanecerem nas ruas. Este fato vem elevando o quadro de mendicância, prostituição infantil, uso de substâncias psicoativas, trabalho insalubre, dentre outros.

Além dos riscos a que estão expostas, a perda da escolarização básica acarreta uma série de perdas de habilidades. Apesar de um grande número de crianças que se encontram na rua freqüentarem a escola, a conciliação com as atividades exercidas na rua é prejudicial ao processo de aprendizagem.

A permanência de crianças e adolescentes nas ruas configura-se, portanto, num grande desafio para o poder público, e apontam para necessidade de buscar alternativas que possam vir a minimizar as dificuldades impostas a esta população que vive em situação de extrema pobreza.

Na tentativa de reduzir o incentivo de curto prazo que as famílias têm para manter crianças e adolescentes nas ruas e estimular a freqüência à escola, o governo do Estado do Ceará implantou o Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola, em 1996.

Com base na premissa de que programas sociais devem ser avaliados em relação aos resultados para a resolução do problema que os originou. Como se espera que ele reduza a chance das crianças atendidas permanecerem nas ruas, a avaliação do programa será realizada com base na probabilidade de reincidência¹.

¹ Reincidência significa, no presente contexto, que a criança tenha sido encontrada novamente na rua.

O presente trabalho será dividido em sete seções incluindo esta introdução. A segunda seção será dedicada à descrição do Programa. Na terceira seção será apresentada a fundamentação teórica acerca da participação em programas dessa natureza. A quarta seção apresentará as evidências empíricas obtidas sobre a população de crianças de rua. A quinta se constitui na descrição da base de dados e da metodologia utilizada. A sexta apresentará os resultados. E, a sétima e última seção conterà as conclusões obtidas pelo estudo.

2 PROGRAMA CRIANÇA FORA DA RUA DENTRO DA ESCOLA

O Programa Criança Fora da Rua Dentro da Escola (CFRDE) foi concebido em julho de 1996, para intervir na realidade das crianças e adolescentes em situação de rua, na cidade de Fortaleza. Seu desenho inspirou-se no relatório final do “Censo de Rua na Cidade de Fortaleza e Registros Quantitativos e Qualitativos”, publicado em 1994, sob o título “Meninos e Meninas de Rua: Cenário de Ambigüidades”.

Desde então o Programa vem se consolidando como referência no atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua. Pois, se de um lado, busca alternativas que possam vir a minimizar as situações de extrema pobreza que se fazem emergentes, por outro lado aponta para um futuro de maneira construtiva através da garantia do ingresso e permanência na rede formal de ensino das crianças e adolescentes atendidos.

O objetivo do Programa é contribuir para a inclusão pessoal e social de crianças e adolescentes que se encontram nas ruas. O público alvo são crianças e adolescentes identificadas em situação de rua, cujas famílias apresentam rendimento mensal per capita domiciliar igual ou inferior a um quarto de salário mínimo.

A equipe central do Programa realiza a distribuição dos educadores sociais em locais com grande fluxo de crianças e adolescentes em situação de rua. Nessa ação são considerados os dados e informações adquiridos e acumulados e as denúncias da população sobre locais onde se evidencia a presença de crianças e adolescentes nas ruas.

A abordagem e o cadastro de crianças e adolescentes são realizados diariamente pelos educadores sociais, através do preenchimento de ficha específica, ou do termo de entrega. A ficha de abordagem é utilizada quando a criança ou o adolescente é encontrado na rua. O termo de entrega destina-se à criança e ao adolescente encaminhado à família e/ou a rede de atendimento de retaguarda.

Posterior à abordagem, é realizado o cadastramento, através de visita domiciliar, cujas informações são analisadas pela equipe técnica, de acordo com os critérios de seleção pré-estabelecidos, para análise da admissão no Programa. É encaminhada uma cópia do cadastro das famílias partícipes às unidades executoras do Programa, de acordo com o local de moradia das mesmas, competindo aos técnicos destas unidades realizarem as ações socioeducativas junto ao núcleo familiar.

As atividades socioeducativas têm como propósito, fortalecer os laços afetivos, e melhorar as condições de vida da população alvo, numa ação complementar entre as várias políticas públicas. Trata-se, portanto, de uma estratégia de intervenção direta, junto a este segmento da população, abrangendo desde a abordagem das crianças nas ruas até a visita familiar.

Para garantir o recebimento do benefício, a família da criança ou do adolescente encontrado nas ruas deve cumprir as seguintes exigências:

- Manter todos os filhos em idade escolar regularmente matriculados em um turno com 85% de frequência e nos programas sociais em outro turno, apresentando a frequência mensal;
- Manter crianças de 6 meses à 5 anos em creches;
- Os responsáveis devem freqüentar 90% das reuniões, oficinas ou outras atividades propostas pelo Programa; e
- Assegurar a não permanência de crianças e adolescentes nas ruas.

A família é automaticamente desligada da bolsa inclusão social caso sejam descumpridas as condições acima indicadas, caso a família se mude para outra cidade ou findo o prazo de doze meses.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A teoria microeconômica trata a decisão de participação em programas governamentais como um processo de escolha que depende das características dos indivíduos, das condições sócio-econômicas dos domicílios, de variáveis de background familiar e dos incentivos gerados pelo programa.

A decisão de participar de um programa é resultado de um processo de maximização de utilidade. Para que o programa atinja seu objetivo a utilidade da família que receber o

benefício tem que ser pelo menos igual ao que a família obteria se não participasse do programa.

Considere uma situação em que o governo pague um benefício \bar{B} para as famílias que possuam crianças em situação de rua para que elas coloquem seus filhos na escola. As famílias participarão do programa caso o benefício pago pelo governo menos o custo de manter os filhos na escola seja maior que a renda monetária obtida pelas crianças nas ruas.

A teoria do capital humano considera a educação como um investimento. Os indivíduos avaliam os retornos futuros gerados pelo acúmulo de capital humano² versus os custos de oportunidade traduzidos pela renda que poderia ser ganha se estivessem engajados na atividade produtiva. No caso em questão, as famílias renunciariam a renda obtida pelas crianças nas ruas para que elas recebam maiores rendimentos no futuro.

O benefício de participar do programa é, portanto, igual ao valor presente dos rendimentos futuros extras obtidos pelo aumento da escolaridade mais o benefício \bar{B} pago pelo governo. A decisão das famílias de participar do programa requer a comparação do valor presente dos rendimentos futuros com os custos diretos. Necessita-se, então, a utilização de uma taxa de desconto para se calcular o valor presente do fluxo de rendimentos futuros.

Para manter os filhos na escola a família despense uma quantidade de esforço representado por $E = f(N)$, em que N é igual ao número de filhos. O esforço E implica em um custo, que será denotado por $C(E)$. O valor do benefício independe do número de filhos, mas a renda monetária obtida na rua é uma função crescente do número de crianças. A restrição de participação no Programa pode ser estabelecida como:

$$\sum_{t=1}^T e^{-rt} \Delta W_t + \bar{B} - C(E) \geq M$$

na qual ΔW representa a diferença na renda futura pelo aumento da escolaridade e M é a renda obtida pelas crianças nas ruas.

A decisão de participar é tomada pelo chefe da família, enquanto os benefícios da maior escolaridade serão usufruídos pelas crianças na fase adulta. Essa comparação intertemporal entre benefícios futuros e custos imediatos pode provocar distorções quanto à decisão de participar do Programa. Chefes de famílias com baixa escolaridade podem ter

² Em geral, o capital humano é medido pelo número de anos de estudos, e a educação pode ser vista como o resultado do processo de decisão das famílias sobre a alocação do tempo de seus membros mais jovens.

dificuldades de enxergar o benefício futuro, mas percebem com maior facilidade os custos imediatos.

A estrutura familiar também pode afetar essa decisão. Famílias com crianças muito jovens podem ser mais propensas a participar. Essas crianças, além demandarem maiores cuidados, não tem autonomia suficiente para realizarem atividades nas ruas sem a supervisão de um adulto, reduzindo, assim, sua capacidade de obtenção de renda. Famílias que possuem crianças estudando devem apresentar maior chance de participação, o fato de a família possuir crianças freqüentando a escola revela que os custos de mantê-las lá não devem ser extremamente elevados.

3.1.1 PROBABILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

O modelo de participação das famílias no programa é definido em termos de uma variável dicotômica e é motivado por um modelo de utilidade aleatória. Especificamente, considere que a escolha A represente a utilidade gerada caso a família participe do Programa e B represente a utilidade gerada pelo ganho monetário obtido pelas crianças nas ruas. Portanto, a escolha observada entre A e B revela qual das situações gera a maior utilidade para a família. Por exemplo, se A for escolhida, então $U_A > U_B$. Portanto, pode-se modelar o comportamento das famílias em termos da seguinte forma estrutural:

$$U_{A,i} = \beta'_A X_i + \varepsilon_{A,i} \quad \text{e} \quad U_{B,i} = \beta'_B X_i + \varepsilon_{B,i}$$

onde β_A e β_B são vetores de parâmetros a serem estimados, X são as variáveis que definem as características das famílias, i indexa as famílias e ε_A e ε_B são erros clássicos. Defina $Y_i = 1$ se a escolha do individuo i for à alternativa A e $Y_i = 0$ se a escolha do individuo i for à alternativa B . Portanto, a probabilidade de participação no programa pode ser estabelecida como

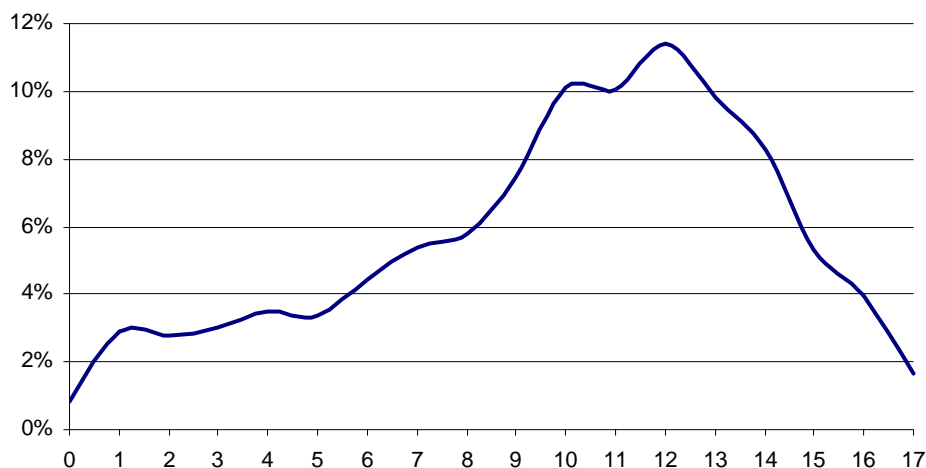
$$\begin{aligned} P[Y_i = 1 | X_i] &= P[U_{A,i} > U_{B,i} | X_i] \\ P[Y_i = 1 | X_i] &= P[\beta'_A X_i + \varepsilon_{A,i} - \beta'_B X_i + \varepsilon_{B,i} > 0 | X_i] \\ P[Y_i = 1 | X_i] &= P[(\beta'_A - \beta'_B) X_i + (\varepsilon_{A,i} - \varepsilon_{B,i}) > 0 | X_i] \\ P[Y_i = 1 | X_i] &= P[(\beta' X_i + \varepsilon_i) > 0 | X_i] \end{aligned}$$

As estimativas da equação anterior permitirão identificar e quantificar os fatores que afetam a probabilidade de participação no Programa.

4 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

O Programa CFRDE atende crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade. O Gráfico 1 mostra o percentual de crianças abordadas nas ruas por idade. Observa-se que é maior o número de crianças abordadas nas ruas na faixa etária dos 10 aos 14 anos. O número de crianças abordadas é uma função crescente da idade até por volta dos 12 anos e a partir daí começa a decrescer. Dois argumentos podem explicar tal fato. Primeiro, crianças com pouca idade tem menor autonomia para ir as ruas sem a presença de um responsável. Segundo, por causa da maior dificuldade em abordar crianças com idade mais elevadas, principalmente se estão praticando atos infracionais.

Gráfico 1 – Percentual de Crianças Abordadas nas Ruas por Faixa Etária – Fortaleza – jan. de 1996 a jul. de 2007.



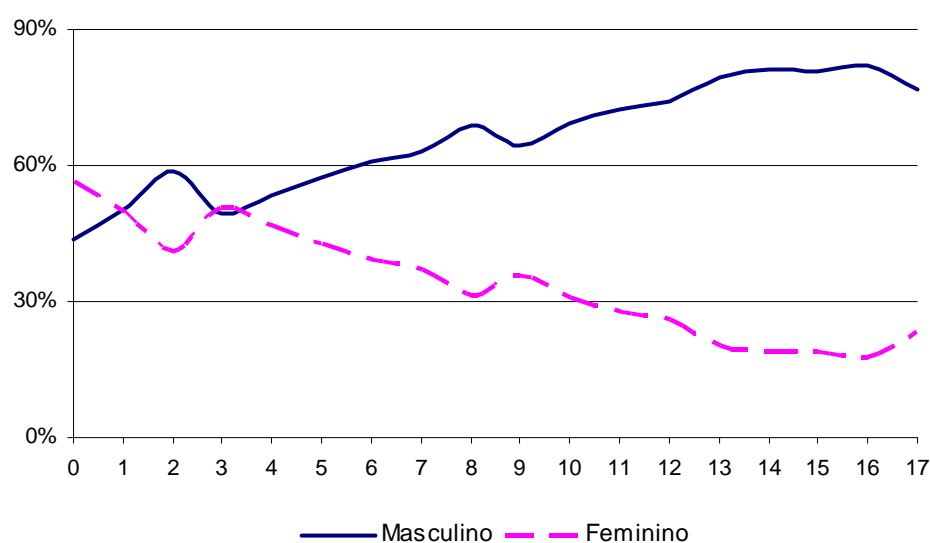
Fonte: STDS/IPECE

O menor número de crianças abordadas nas ruas na faixa etária superior se deve a redução do número de crianças do sexo feminino. A partir do Gráfico 2 percebe-se que o número de crianças do sexo feminino abordadas nas ruas tende a diminuir com a idade enquanto que para o sexo masculino tende a aumentar. Uma explicação para esse fato é que crianças do sexo feminino a partir de certa idade se dedicam a afazeres domésticos,

permanecendo em casa, enquanto as do sexo masculino possuem maior estímulo para ir às ruas.

Além do mais, tem-se observado uma maior frequência a escola para crianças do sexo feminino quando comparado ao sexo masculino, principalmente na faixa etária que corresponde ao ensino fundamental. O fato de permanecerem mais na escola pode estar contribuindo para que o número de crianças do sexo feminino abordadas nas ruas seja menor.

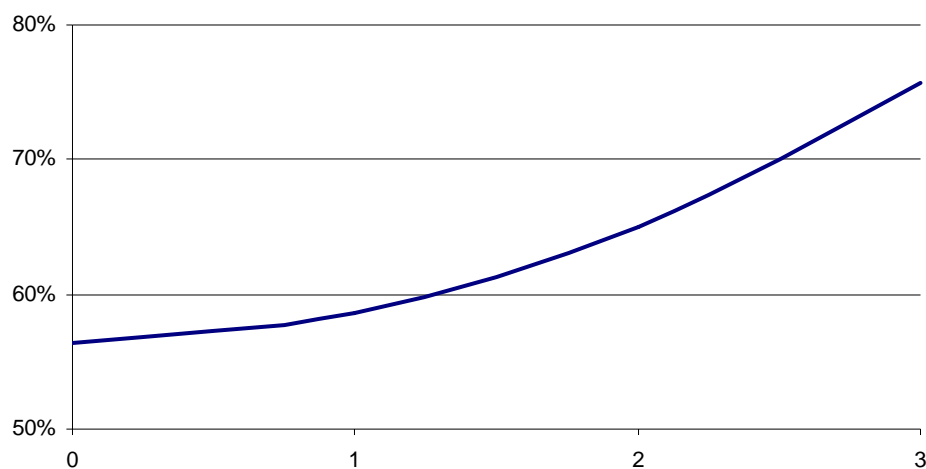
Gráfico 2 – Percentual de Crianças Abordadas nas Ruas por Faixa Etária e Sexo – Fortaleza – jan. de 1996 a jul. de 2007.



Fonte: STDS/IPECE

Um fato que chama a atenção é o elevado percentual de crianças abordadas nas ruas com sete anos ou mais de idade que frequentavam a escola, 69,8%. A refeição servida na escola é um grande estímulo a frequência escolar, pois, para muitas dessas crianças se trata da única refeição diária garantida. Além do mais, muitas delas pertencerem a famílias que recebem o Bolsa Família que dentre as suas condicionalidades está a frequência a escola.

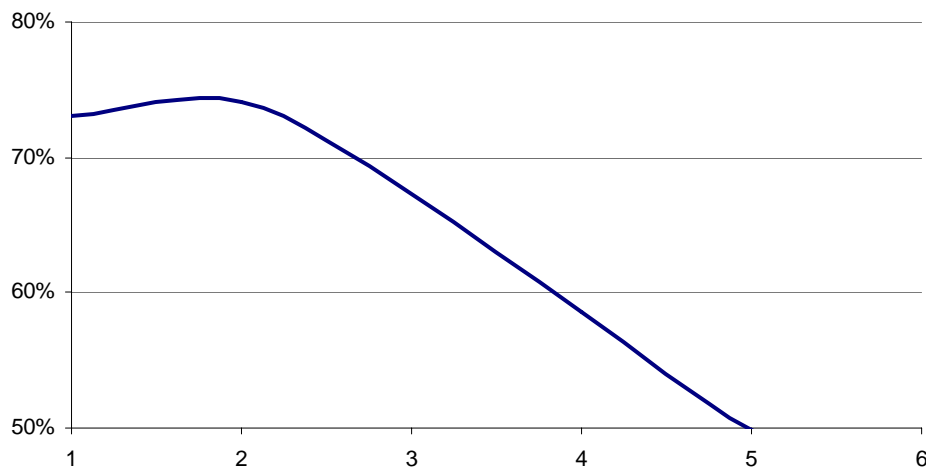
Gráfico 3 – Percentual de Famílias que Recebem o Benefício por Nível de Instrução do Responsável – Fortaleza – jan. de 1996 a jul. de 2007.



Fonte: STDS/IPECE

O percentual de crianças que freqüentavam a escola é maior quanto maior é o nível de instrução do responsável, independentemente do sexo da criança. Por isso acredita-se que quanto maior a escolaridade do responsável maior a chance de participação no Programa. Responsáveis mais instruídos possuem maior capacidade de enxergar os benefícios futuros advindos da maior permanência na escola. O Gráfico 3 acima mostra a relação entre o percentual de famílias que participam do Programa CFRDE por nível de instrução do responsável.

Gráfico 4 – Percentual de Famílias que Recebem o Benefício por Quantidade de Filhos – Fortaleza – jan. de 1996 a jul. de 2007.



Fonte: STDS/IPECE

Outro fator que influencia a participação das famílias no Programa é a quantidade de filhos. Dado que o benefício é fixo e a renda obtida nas ruas é função crescente do número de crianças, espera-se que quanto maior o número de filhos menor o estímulo à participação no Programa. O Gráfico 4 mostra o percentual de famílias que participam do Programa pela quantidade de filhos.

5 Metodologia e Base de Dados

5.1 Base de Dados³

Existem três maneiras possíveis para se cadastrar uma criança no Programa. A criança pode ser abordada na rua, em casa ou ser encaminhada ao centro de atendimento. Como o objetivo do trabalho é verificar se o programa reduz a probabilidade de reincidência, serão consideradas apenas as crianças encontradas na rua. Neste caso, a amostra consiste de 8.397 crianças pertencentes a 7.746 famílias.

Como mencionado anteriormente, após a abordagem da criança na rua é feito um levantamento das condições sócio-econômicas da família por meio de uma visita domiciliar. Tem-se, portanto, dois conjuntos de variáveis, um contendo informações das crianças e outro com informações acerca das famílias a que estas pertencem.

Tabela 1 – Estatísticas Descritivas das Variáveis Analisadas

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Reincidência	0,19	0,40	0	1
Idade	9,88	4,05	0	17
Sexo	0,70	0,46	0	1
Turno	0,12	0,33	0	1
Número de Filhos	3,80	2,10	1	16
Menor	0,65	0,47	0	1
Maior Estuda	0,69	0,46	0	1
Escolaridade do Responsável	0,97	0,87	0	3
Benefício	0,60	0,49	0	1

Fonte: Elaboração própria

As variáveis são definidas como segue:

³ A base de dados foi obtida junto a Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará (STDS).

Reincidência: esta variável assume valor 1 se a criança foi encontrada novamente na rua e 0, caso contrário;

Idade: é a idade da criança na data da visita;

Sexo: é 1 se a criança é do sexo masculino e 0 se ela é do sexo feminino;

Estuda: é igual a 1 se a criança se encontrava estudando e 0, caso contrário;

Turno: indica em que período do dia a criança foi abordada. Ela é igual a 1 se a criança foi abordada de manhã ou à tarde e 0 se ela foi abordada a noite ou de madrugada;

Número de filhos: é obtido somando-se o número de crianças da mesma família;

Menor: indica se na família há uma criança menor de sete anos de idade;

Maior Estuda: indica se na família há uma criança com idade igual ou superior a sete anos que se encontrava estudando;

Escolaridade do responsável: assume quatro valores possíveis: o valor da variável é igual a 1 se o responsável é analfabeto, 2 se é alfabetizado, 3 se possui o primeiro grau, e 4 se possui o segundo grau;

Benefício: esta variável permite identificar quais famílias participaram efetivamente do programa. Ela recebe valor 1 se a família recebeu o benefício e 0, caso contrário.

5.2 O MODELO PROBIT

O objetivo principal deste trabalho é estimar o efeito da participação no Programa CFRDE sobre a permanência das crianças nas ruas. A permanência das crianças nas ruas pode ser indicada por uma variável binária que recebe valor 1 caso a criança seja reencontrada na rua e 0 caso contrário. Portanto, o modelo a ser estimado é um modelo de resposta binária no qual o interesse principal é estimar a probabilidade de reincidência. Será utilizado então um método de estimação baseado no modelo Probit.

O modelo probit assume que existe uma variável resposta Y_i^* definida pela equação de regressão $Y_i^* = \beta X_i + \varepsilon_i$. Na prática, Y_i^* é não-observável. Portanto, trata-se de um modelo de variável latente:

$$Y^* = X\beta + \varepsilon, \quad Y = \mathbb{1}[Y^* > 0]$$

onde ε é uma variável continuamente distribuída independente de X e $\mathbb{1}[\cdot]$ é uma função indicador. Recorre-se à função de distribuição acumulada (FDA) da variável aleatória ε para

se modelar regressões em que a variável de escolha é dicotômica, assumindo valores entre zero e um. O modelo de regressão assume a seguinte forma:

$$P(Y = 1 | X) = P(\varepsilon > X'\beta) = 1 - G(-X'\beta)$$

A forma funcional de G depende das hipóteses feitas sobre ε . No modelo probit, assume-se que os ε_i 's são *i.i.d.* $N(0,1)$. Neste caso, como a FDA é simétrica em torno de zero, então, $P(Y = 1 | X) = G(X'\beta)$. Portanto, o logaritmo da função de Verossimilhança pode ser escrito como

$$l(\beta) = Y \log G(X'\beta) + (1 - Y) \log [1 - G(X'\beta)]$$

O valor do parâmetro estimado $\hat{\beta}_{MV}$ é obtido pela maximização de $l(\beta)$.

5.2.1 EFEITOS MARGINAIS

Seja x_k o k -ésimo elemento do vetor de variáveis explicativas X e β_k o elemento correspondente do vetor β . Se x_k é uma variável contínua, então a derivada da probabilidade estimada pelo modelo probit em relação à x_k é

$$\frac{\partial}{\partial x_k} G(\beta X_i) = g(\beta X_i) \beta_k$$

Essas derivadas serão necessárias para prever os efeitos de mudanças nas variáveis independentes sobre a probabilidade de resposta $P(Y = 1 | X)$. Portanto, o efeito parcial de x_k sobre a probabilidade de resposta depende do vetor X através de $g(\beta X)$. Como $g(z) > 0$ para todo z , o sinal do efeito é dado pelo sinal de β_k .

Se x_k é uma variável explicativa binária, então o efeito parcial da mudança de x_k de zero para um, mantendo-se todas as outras variáveis fixas, é

$$G(\beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 \cdots + \beta_{k-1} x_{k-1} + \beta_k x_k) - G(\beta_1 x_1 + \beta_2 x_2 \cdots + \beta_{k-1} x_{k-1}).$$

Novamente, esta expressão depende dos valores de todos os x_j . Por exemplo, se Y é um indicador de reincidência e x_k é uma variável binária indicando participação no programa,

então a expressão acima daria a mudança na probabilidade de reincidência devido à participação no programa. O conhecimento do sinal de β_k é suficiente para determinar se o programa tem um efeito positivo ou negativo. Mas, para encontrar a magnitude desse efeito precisa-se estimar a equação anterior.

5.3 VARIÁVEL BINÁRIA ENDÓGENA

A variável explicativa Benefício é uma variável endógena no modelo em virtude de ser determinada pelas características das famílias. Dessa forma, o modelo contém uma variável explicativa binária endógena. O modelo é dado por

$$\begin{aligned} REINC &= 1[X_i'\beta + \phi \cdot BENEFF + u_1 > 0] \\ BENEFF &= 1[Z_i'\delta + u_2 > 0] \end{aligned}$$

em que *BENEFF* indica a participação no programa e *REINC* indica a reincidência, (u_1, u_2) tem distribuição Normal Bivariada com média zero, variância unitária e $\rho = Corr(u_1, u_2)$. Se $Cov(u, v) \neq 0$, então u_1 e u_2 são correlacionados, e, portanto, não se pode estimar β e ϕ consistentemente na primeira equação a partir de um modelo probit. No entanto, δ pode ser consistentemente estimado por um probit de *BENEFF* em Z , o vetor de características familiares.

Uma maneira de se estimar consistentemente o efeito do programa é utilizar um procedimento em dois estágios. No primeiro estágio obtêm-se $\hat{\delta}$ através de um probit de *BENEFF* em Z . No segundo estágio estima-se o efeito do programa a partir de um probit empregando $\hat{\delta}$ na primeira equação. O método em dois estágios produz estimadores consistentes⁴.

6 RESULTADOS

Para se estimar a probabilidade de participação no Programa foram consideradas as seguintes variáveis: quantidade de filhos, escolaridade do responsável, se na família havia

⁴ Ver Wooldridge (2002, p. 477)

alguma criança com idade menor ou igual a sete anos e se havia pelo menos uma criança maior de sete anos estudando.

Tabela 2 – Modelo Probit Estimando a Probabilidade de Participação no Programa

Variáveis	Coefficiente	Desvio-Padrão	Efeito Marginal	Valor p
Número de Filhos	- 0,2345	0,0084	- 0,0902	0,000
Menor	0,6140	0,0353	0,2376	0,000
Maior Estuda	0,5149	0,0349	0,2002	0,000
Escolaridade do Responsável	0,0649	0,0176	0,0250	0,000
Constante	0,3425	0,0458	-	0,000
Nº de Obs. = 7.646			Pseudo R ² = 0,1007	

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que a probabilidade de uma família receber o benefício se reduz quando a quantidade de filhos aumenta. E, esta probabilidade aumenta se na família havia uma criança menor de sete anos de idade ou uma criança maior de sete anos freqüentando a escola. Em relação às características dos responsáveis, quanto maior o nível de instrução do responsável maior a probabilidade de participação da família no programa. Esses resultados confirmam as hipóteses estabelecidas anteriormente.

Na análise de reincidência, além da probabilidade estimada de participação, são consideradas as seguintes variáveis: idade e sexo da criança e o turno da abordagem. A Tabela 3 apresenta os resultados do modelo probit que estima a probabilidade de reincidência.

Tabela 3 – Modelo Probit Estimando a Probabilidade de Reincidência

Variáveis	Coefficiente	Desvio-Padrão	Efeito Marginal	Valor p
Idade	0,0032	0,0042	0,0008	0,451
Sexo	0,2201	0,0370	0,0563	0,000
Turno	0,2148	0,0457	0,0613	0,000
Probabilidade de Participação	- 1,2889	0,0861	- 0,3433	0,000
Constante	- 0,3526	0,0736	-	0,000
Nº de Obs. = 8.397			Pseudo R ² = 0,0401	

Fonte: Elaboração própria

A idade da criança foi a única variável estaticamente não significativa. Os resultados mostram que a probabilidade de uma criança reincidir é maior para crianças e adolescentes do sexo masculino e para aquelas abordadas no período da noite ou da madrugada.

A estimativa do coeficiente associado à probabilidade de participação demonstra que o mesmo vem atingindo seu objetivo. A participação no Programa reduz a probabilidade de reincidência em 34,33%.

7 CONCLUSÕES

A realização deste trabalho permitiu a identificação e a quantificação dos fatores que afetam a probabilidade de participação das famílias no Programa CFRDE. Os resultados encontrados demonstram que o Programa vem atingindo seus objetivos, pois reduz a probabilidade de reincidência das crianças de famílias beneficiadas.

A estimação da equação de participação no programa confirmou as hipóteses estabelecidas mostrando que a probabilidade de uma família receber o benefício se reduz quando a quantidade de filhos aumenta e esta probabilidade aumenta se na família havia uma criança menor de sete anos de idade ou uma criança maior de sete freqüentando a escola.

Para famílias com grande número de crianças o incentivo oferecido pelo governo é inferior aos ganhos monetários obtidos pelas crianças nas ruas. Pois, o benefício é invariante a quantidade de crianças, enquanto a remuneração obtida nas ruas é uma função crescente desta.

Em relação às características dos responsáveis, quanto maior nível de escolaridade maior a probabilidade de participação da família no programa. . Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que pais com maiores níveis de escolaridade percebem melhor os ganhos provocados pelo aumento do número de anos de estudo.

A existência de uma correlação negativa entre escolaridade do responsável e o número de filhos reforça o efeito dessas variáveis sobre a probabilidade de participação. Famílias chefiadas por pessoas com nível de escolaridade mais alto tendem a ter uma quantidade menor de filhos quando comparadas com famílias chefiadas por pessoas de pouca instrução.

A estimativa da equação de reincidência mostra que a probabilidade de permanência nas ruas é maior para crianças do sexo masculino. Os resultados demonstram também que a permanência de crianças nas ruas é mais freqüente para aquelas encontradas à noite ou de madrugada. A idade mostrou-se estatisticamente não significativa.

O principal resultado deste trabalho se refere à estimativa do coeficiente da variável indicando a participação no Programa. Como a participação depende das características familiares, utilizou-se um procedimento em dois estágios, no qual a probabilidade estimada de

participação no primeiro estágio é utilizada como variável instrumental na equação de reincidência. Os resultados demonstram que crianças de famílias beneficiadas pelo programa apresentam menor chance de permanecerem nas ruas.

Os resultados obtidos, portanto, respondem a pergunta elaborada inicialmente: políticas públicas podem resolver o problema de crianças nas ruas? Como se demonstrou ao longo deste trabalho, a adoção de uma política social que visa minimizar o problema de crianças nas ruas pode produzir os efeitos desejados. No entanto, deve se ressaltar que ainda é grande o número de crianças encontradas nas ruas de Fortaleza. Isso se deve ao fato que uma família que possui uma criança de rua que tenha sido cadastrada pelo Programa não é obrigada a participar. Vale ressaltar também que o benefício é fixo, independente do número de crianças em uma mesma família, e concedido por um período de tempo pré-determinado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APTEKAR, L. (1996), Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, 9, 153-184.

BASU, K. (1999). Child Labor: Cause, Consequence, and Cure, with Remarks on International Labor Standards. **Journal of Economic Literature**, vol. XXXVII, pp. 1083-1119.

EMERSON, P. & SOUZA, A. (2003). Is There a Child Labor Trap? Intergenerational Persistence of Child Labor in Brazil. **Economic Development and Cultural Change**, vol. 51, n. 2, Jan.

HUTZ, C. S. & KOLLER, S. H. (1999), Methodological and ethical issues in research with street children. **New Directions for Child and Adolescent Development**, 85, 59-70.

MANDALA, G. S. (1983), Limited Dependent and Qualitative Variables in Econometrics. **Cambridge University Press**.

MAS-COLELL, A., WHINSTON, M.. & GREEN, J. (1995), Microeconomic Theory. **Oxford University Press**.

RANJAN, R. (2000). Child Labor, Child Schooling and their Interaction with Adult Labor: The Empirical Evidence and Some Analytical Implications. **World Bank Economic Review**, 14, pp. 347-67.

WOOLDRIGE, J. M. (2002), Econometric Analysis of Cross Section and Panel Data. **MIT Press, Massachusetts**. London, England.